



1 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELO HORIZONTE,**
2 **REALIZADA NO DIA 10 DE JUNHO DE 2010, NO PLENÁRIO CONSELHEIRO EVARISTO GARCIA,**
3 **SITUADO NA AV. AFONSO PENA, 2336, 14º ANDAR.**

4 Aos dez dias do mês de junho de dois mil e dez foi realizada a reunião ordinária do Conselho Municipal de
5 Saúde de Belo Horizonte, iniciada às 14h30 pelo presidente do CMSBH Willer Marcos Ferreira, com a leitura
6 de pauta: Informes gerais – 14h; Abertura e verificação do número de conselheiros presentes para início da
7 reunião – 14h30; Informes da Mesa Diretora – 14h45; Apresentação e apreciação do Plano de Ações e
8 Metas da Vigilância Sanitária - 15h; Comissão Interinstitucional de Saúde Humana na sua Relação com os
9 Animais– 16h30; Assuntos gerais 17h; Encerramento –18h. Na abertura dos informes, o conselheiro
10 municipal, Adilson de Campos Braga, informa sobre a reunião da Câmara Técnica de Saneamento e
11 Políticas Intersecretoriais, dia 14 de junho, às 14h, na sala de reunião do Conselho Municipal de Saúde. O
12 assunto em pauta é a continuação da discussão dos Postos de Registros Avançados. A conselheira
13 municipal de Saúde, Maria das Graças de Souza Vieira falou da votação que esta sendo realizada na
14 Câmara dos Deputados para acabar com o 13º salário. Agora só falta a matéria passar pelo Senado. A
15 conselheira municipal, Ângela Eulália dos Santos, falou sobre o último dia da campanha de vacinação contra
16 o vírus da H1N1. Havia muitas pessoas para serem vacinadas e as 16h30 foram distribuídas senhas. Um
17 grupo de pessoas começou a tumultuar a fila e ameaçou chamar a polícia, pois o horário de fechamento da
18 sala de vacina era às 17h. A gerente da unidade entrevistou e colocou outras funcionárias para aplicarem a
19 vacina, pois ela se recusou a trabalhar sobre pressão. A coordenadora da Comissão Interinstitucional de
20 Saúde Humana na sua Relação com os Animais, Maria Amélia, informou que no mês de junho a comissão
21 visitou alguns conselhos distritais e foi muito bem recebida e disse que em julho as visitas devem continuar.
22 O conselheiro municipal, José Brandão Maia, falou sobre a viagem que fez a Caldas Novas e do problema
23 de saúde pelo qual passou, Ele relatou que precisou de atendimento médico do SUS e foi muito bem
24 atendido. Quando precisou consultar pelo plano de saúde esperou por quase três horas pelo atendimento. O
25 conselheiro municipal, Humberto Castro Sampaio, falou que o lançamento do programa de saúde do
26 homem, deveria ter sido aberto a participação de mais pessoas que as informações mais importantes não
27 foram repassadas. Gostaria de saber como as unidades básicas de saúde vão suportar esse atendimento.
28 Pediu que esse programa seja tema de pauta de uma reunião do CMSBH. Willer Marcos informou que esse
29 assunto é a pauta da reunião extraordinária do dia 24/06/2010. A conselheira municipal, Ana Maria Caldeira,
30 fala sobre a participação dos conselheiros no Congresso Nacional de Secretarias Municipais de Saúde
31 (CONASEMS) em Gramado/RS. Disse que a participação de todos foi satisfatória além de um encontro
32 político muito importante, pois os três pré – candidatos a presidência estiveram presentes e ressaltaram a
33 importância da aprovação da EC-29. Trouxe também para os profissionais de enfermagem o agradecimento
34 do Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, pela campanha de vacinação H1N1. A conselheira municipal,
35 Ana Maria Matos, falou que o Centro de Saúde Andradas foi desmembrado criando um anexo. O Centro de
36 saúde Santo Antônio, que foi inaugurado sem gerente e sem equipamentos, permanece com o gerente
37 administrando duas unidades e isso é muito complicado. Quando questionou o por quê da falta do gerente,
38 responderam que a unidade não existe. Willer Marcos falou sobre o congresso do CONASEMS e ressaltou
39 que o stand mais bonito era o da Secretária Municipal de Belo Horizonte, junto ao Conselho Municipal.
40 Segundo ele todos participaram ativamente de várias oficinas. Sobre o seminário da saúde do homem, falou
41 que este foi um evento do Estado em parceria com a Secretária Municipal de Saúde de BH e tentaram cortar
42 a fala do Conselho Municipal e do Conselho Estadual de Saúde. Por esse motivo, foi pedido que se
43 apresentasse no plenário do Conselho, a Política de Saúde do Homem da Secretária Municipal de Saúde.

44 Falou que é necessário fazer uma prestação de contas da participação dos conselheiros no congresso do
45 CONASEMS e pediu que os participantes mandem as fotos para a Secretaria Executiva do Conselho para
46 montagem de uma apresentação para o dia 24/06/2010. Informou ao conselheiro José Brandão Maia, que
47 sua carta foi aprovada no congresso. José Brandão Maia questionou quantas pessoas estiveram presentes
48 e se saiu algum documento afirmativo. Willer respondeu que duas mil pessoas participaram do evento e que
49 foi gerado um documento. O conselheiro municipal, Welson Alexandre dos Santos, falou que o frio chegou,
50 mas os casos de Dengue continuam e durante todo o período de epidemia as pessoas que não usam o
51 sistema publico, saem da rede particular com o diagnóstico e são encaminhadas as unidades de saúde para
52 fazerem a notificação, sendo que o Ministério da Saúde estabelece que a notificação é compulsória, o que é
53 muito grave. A Secretaria deveria olhar esta situação com mais critério. Falou sobre uma ação encaminhada
54 pelos trabalhadores do Conselho Municipal, que não é nada pessoal, nem disputa de segmento. Os
55 trabalhadores têm colocado durante toda essa gestão, as dificuldades que eles têm passado, o que tem
56 emperrado o funcionamento do sistema. A plenária de trabalhadores optou por encaminhar ao Ministério
57 Público todas essa demandas. Willer falou sobre duas demandas feitas ao Conselho Municipal de Saúde. A
58 primeira é sobre a cadeira de rodas pedida pela conselheira Kátia Ferraz. Disse que a cadeira já está a
59 disposição dos conselheiros que necessitem. A segunda é sobre a denúncia do computador doado pelo
60 Ministério da Saúde, que teria desaparecido. Tentou-se localizá-lo durante todo este mandato e agora temos
61 o resultado da auditoria, dizendo que existe uma autorização de saída deste equipamento do Ministério da
62 Saúde para um na faculdade de Medicina, situada na Avenida Alfredo Balena, no dia 25/04/2008, autorizado
63 pelo senhor Silas César de Paiva. Ficou provado que o equipamento nunca chegou ao Conselho Municipal
64 de Saúde e a cópia deste documento será encaminhado ao Ministério da Saúde para a Sra. Stella Carvalho.
65 O primeiro secretário Paulo César Machado Pereira, reiterou a fala de Willer sobre a auditoria realizada pela
66 Controladoria Interna da Secretaria Municipal de Saúde, sobre o computador. Falou que estão com ele os
67 processos da FUNDEP, sobre o curso de capacitação. O repasse dos recursos para o pagamento foi feito
68 pela Secretaria de acordo com os atestamentos feitos. Mas como os membros da comissão de capacitação
69 não confirmam que todos as contas foram prestadas, o processo que está com ele, está aguardando pelo
70 relatório da comissão para tentar fazer algo. na medida em que o Conselho atestou que o serviço foi feito e
71 membros da comissão avaliam que o serviço não foi feito adequadamente. Portanto, é preciso checar
72 melhor a situação. Falou que a conselheira Marta Auxiliadora tem um credito de mais ou menos mil reais,
73 referente a aulas dadas. É necessário um relatório dizendo que ela não recebeu para efetuar o pagamento,
74 uma vez que o convênio ainda tem cinquenta mil reais de sobra, relativos aos rendimentos no banco.
75 Porém, sem o relatório isso não tem como ser feito. Solicitou que seja dado algum encaminhamento, visto
76 que teremos novos conselheiros e que foi aprovado a meta de capacitar duzentos conselheiros em 2010.
77 Pediu que a comissão deixe pelo menos como legado, a sua proposição de política de educação
78 permanente para conselheiros, o que ainda não aconteceu. Em relação a demanda citada pelo conselheiro
79 Welson, a Secretaria já esta retornando a Dra. Joseli Ramos as citações solicitadas. Sobre a política de
80 saúde do homem, disse ser esta uma política nacional que não está submetida ao município de Belo
81 Horizonte. A Secretaria vai apresentar suas propostas e que a saúde do homem não está resumida ao
82 exame de próstata. Existe uma falta crônica do profissional em urologia, mas a saúde do homem é muito
83 mais que o exame de próstata, ela é um processo de prevenção e promoção. Historicamente, sempre
84 trabalhamos a saúde da criança e da mulher. O Ministério da Saúde discutiu essa política em todas as
85 secretarias através do sistema de planejamento do SUS, inclusive intersetorial não apenas na área

86 assistencial. Sobre o desmembramento do Centro de Saúde Andradadas, o Centro de Saúde Santo Antônio é
87 anexo e não existe previsão para que se tenha um gerente. Paulo César acrescenta ainda que na sua
88 opinião pessoal, o congresso do CONASEMS e tem seus méritos mas o congresso foi muito fraco do ponto
89 de vista global. Um evento com mais de duas mil pessoas recortado em inúmeros seminários, palestras e
90 oficinas, torna-se muito dispersivo e a tradição política do congresso que é a carta, foi aprovada no final do
91 evento, composta basicamente dos associados do CONASEMS e não por uma plenária do conjunto dos
92 congressistas participantes, o que empobreceu o debate. Em seguida foi apresentado o Plano Anual de
93 Metas da Vigilância Sanitária, pela gerente Mara Carvalho Guimarães Corradi. Depois foram lidos os
94 pareceres 006/10, 026/10 e 027/10. PARECER CTF 006/10: “A Câmara Técnica de Financiamento reunida
95 no dia 2 de março de 2010, na sala de reunião do Conselho Municipal de Saúde, para análise do Programa
96 Anual das Ações de Vigilância Sanitária, apresentado pela Dr. Mara Machado Guimarães Corradi. Após
97 apresentação da Programação Anual da Vigilância Sanitária, a Câmara Técnica de Financiamento observou
98 que o mesmo esta de acordo com PDVISA e considerando as diretrizes operacionais do Pacto pela Saúde,
99 tendo em vista as metas desta mesma programação apresentada para o ano de 2010 a contribuição da
100 VISA vem fortalecer o Controle Social. Ressalvamos a Gerência de Vigilância Sanitária a confecção e
101 distribuição de cartilhas no intuito de orientar e conscientizar a popular sobre as ações da VISA – BH, que
102 seja priorizado os seguintes temas: Comercio de Alimentação em Geral, Salão de Beleza e Congêneres. Os
103 conselheiros presentes na reunião da Câmara Técnica de Financiamento para a avaliação da Programação
104 Anual da Vigilância Sanitária recomendam ao plenário a aprovação. Belo Horizonte, 03 de março de 2010.
105 JOSÉ COELHO DOS SANTOS - Coordenador da Câmara Técnica de Financiamento”. PARECER CTGFT
106 026/10: “A Câmara Técnica de Gestão da Força de Trabalho, reuniu-se no dia 30 de abril do ano de 2010
107 para analisar a Programação Anual de Ações em Vigilância Sanitária no Município de Belo Horizonte para o
108 ano de 2010. A Programação anual das ações da vigilância sanitária foi elaborado para qualificar a gestão e
109 a execução das suas ações no município de Belo Horizonte, de acordo com as diretrizes do Plano Diretor de
110 Vigilância Sanitária – PDVISA, as prioridades do Pacto de Saúde e as necessidades loco regionais. O
111 Programa foi apresentado pela Sr.^a Mara Machado, gerente da Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal
112 de Saúde de Belo Horizonte. Após avaliação a CTGFT recomenda ao Plenário do Conselho Municipal de
113 Saúde, a aprovação do Plano Anual de Ações em Vigilância Sanitária do Município de Belo Horizonte para
114 2010, com as seguintes recomendações: Que seja feito, em caráter de emergência, a publicação de um
115 edital do concurso público para Vigilância Sanitária, visto que o último concurso foi realizado no ano de 2000,
116 e que atualmente o número de profissionais é insuficiente para suprir as demandas; que a formação e
117 capacitação continuada dos fiscais sanitários seja feita por Instituição (ões) de Ensino e não pelos próprios
118 profissionais que estão na ativa, utilizando assim os recursos que estão dispostos na Portaria Federal de n.º
119 3.232/09/MS; que haja maior atuação em novos Programas do Ministério da Saúde, voltados para ações
120 fiscalizadoras e educativas, principalmente para questões referentes à saúde do homem e combate ao
121 tabagismo; que sejam elaboradas estratégias para realização de maior atuação nas visitas de ambiente de
122 trabalho da própria Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, com acesso relatórios e propostas de adequação
123 às entidades representativas; que o processo de visita às residências com foco de dengue seja feito com
124 mais agilidade; Belo Horizonte, 30 de abril de 2010. CLEIDE DONÁRIA DE OLIVEIRA - Coordenadora da
125 Câmara Técnica Gestão da Força de Trabalho do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte”.
126 PARECER CTCAM 027/10: “A Câmara Técnica de Controle Avaliação e Municipalização, reuniu-se no dia
127 09 de junho do ano de 2010 para analisar a Programação Anual de Ações em Vigilância Sanitária no

128 Município de Belo Horizonte para o ano de 2010. A Programação anual das ações da vigilância sanitária foi
129 elaborado para qualificar a gestão e a execução das suas ações no município de Belo Horizonte, de acordo
130 com as diretrizes do Plano Diretor de Vigilância Sanitária – PDVISA, as prioridades do Pacto de Saúde e as
131 necessidades loco regionais. O Programa foi apresentado pela Sr.^a Mara Machado, gerente da Vigilância
132 Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte. Após avaliação do programa, a CTCAM
133 recomenda ao Plenário do Conselho Municipal de Saúde, a aprovação do Plano Anual de Ações em
134 Vigilância Sanitária do Município de Belo Horizonte para 2010, com as seguintes recomendações: que o
135 Código Municipal de Saúde seja imediatamente aprovado; que se faça a adequação da estrutura
136 organizacional da Vigilância Sanitária do Município de Belo Horizonte; que se publique em caráter de
137 emergência, o edital do concurso público para Agentes da Vigilância Sanitária, fazendo cumprir as
138 recomendações já propostas pela Resolução n.º 222 de 21/02/2008, homologada em 09/04/2008 do CMSBH,
139 cujo objetivo é atingir a meta prevista na Lei Municipal 8788/2004 que prevê um n.º de 335 agentes para a
140 vigilância sanitária para este Município. Belo Horizonte, 9 de junho de 2010. ANTÔNIO CARLOS DOS
141 SANTOS - Coordenador Interino da Câmara Técnica de Controle Avaliação e Municipalização do Conselho
142 Municipal de Saúde Belo Horizonte”. As correções necessárias serão feitas nos pareceres. O assessor para
143 assuntos de fauna urbana da Secretaria Municipal de Meio Ambiente Franklin Oliveira, diz não ter visto
144 nenhum tópico sobre o comércio de animais e ração para animais, aja visto o problema que temos com o
145 mercado central. Adilson Braga pergunta sobre a fiscalização nos frigoríficos e matadouros, porque eles não
146 conseguem fazer essa fiscalização. Willer Marcos explica que nos anos de 2004 e 2005, buscou-se a
147 efetivação da VISA no município de Belo Horizonte, com a resolução 314/04. A VISA tem apenas 170 fiscais
148 divididos entre a Secretaria e 9 distritos, o que é muito pouco perto da quantidade de locais a serem
149 vistoriados. O conselheiro municipal José Coelho dos Santos, fala que a Vigilância muitas vezes deixa a
150 desejar, o horário de funcionamento é das 8 às 17hs, mas e se for preciso atuar no horário da noite. Ana
151 Maria Matos pergunta sobre lanchonetes que servem caldo de cana e vitaminas que ficam expostas.
152 Pergunta também sobre o funcionamento da Vigilância nos hospitais e Unidades Básicas de Saúde. Paulo
153 César diz que foi visto na apresentação e nos pareceres um recorte do SUS de BH, é um recorte muito
154 importante, muito necessário de certa forma invisível para uma parcela importante da população que não se
155 reconhece participante do SUS. Welson Alexandre falou que sem profissionais suficientes não se faz nada.
156 É impossível fazer a fiscalização in loco com esse número de fiscais. É preciso reforçar com o concurso
157 público. Welson perguntou sobre o Hospital São Bento e disse que já foi solicitado um relatório da Vigilância,
158 e que a Promotora também solicitou o relatório das atividades do Hospital. A segunda secretária Kátia
159 Valeria dos Santos Silva falou que o dinheiro que vai para o tesouro deveria vir para o Fundo Municipal de
160 Saúde e que a verba das multas e licenças permaneçam com a PBH para fortalecer a Vigilância. A
161 Secretária Geral do Conselho, Maria Cândida de Lélis Moreira, falou que a apresentação mostra uma
162 demanda crescente, mas a estrutura continua a mesma de vinte anos atrás. Pede que as recomendações
163 constantes nos pareceres sejam de fato efetivadas. Mara responde que comércio de animais e venda de
164 ração não é atribuição da Vigilância Sanitária e sim de responsabilidade do Ministério da Agricultura,
165 segundo Decreto Federal 5053. Inspeção em frigorífico também é de competência do Ministério da
166 Agricultura. A Vigilância não tem atribuição legal para fazer este tipo de vistoria. Mara informa que o plantão
167 noturno existe para atender às denúncias e não é feito rotineiramente porque gera folgas para o funcionário.
168 A Vigilância conta com a população para denunciar as irregularidades, inclusive no caso de lanchonetes.
169 Para medicação existe uma legislação específica, para condições de armazenamento. Sobre o Hospital São

170 Bento, os ajustes estão sendo finalizados com o Hospital. Em relação ao repasse do dinheiro, todo o
171 repasse vai para o tesouro, que em contra partida paga a folha de pessoal da Vigilância Sanitária. José
172 Brandão Maia pergunta se já existe algum plano conjunto para a Copa do Mundo em 2014. Mara responde
173 que existe uma equipe da Secretaria de Governo irá trabalhar um plano de ação e depois pedir apoio à
174 Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). O conselheiro municipal, Adi dos Santos falou da
175 denúncia sobre uma loja de biscoitos que funciona debaixo do viaduto da rodoviária. Os biscoitos ficam
176 todos a mostra. Mara responde que existem algumas áreas na cidade caracterizadas como área de risco.
177 Não há como mandar um fiscal sozinho. É preciso fazer uma ação conjunta com a polícia. Em regime de
178 votação, por unanimidade o Plano Anual de Ações da Vigilância Sanitária foi aprovado. Willer chama o
179 conselheiro municipal, Paulo Roberto Venâncio de Carvalho para fazer sua fala sobre a doação de
180 equipamentos áudio - visual pelo Ministério da Saúde. Paulo Venâncio falou que participou de uma reunião,
181 no dia 09/06/2010, sobre o programa de inclusão digital. Estava em discussão que esse programa deveria
182 prestar conta e muitos conselhos ainda não buscaram os seus equipamentos. Ficou definido que para
183 retirarem os equipamentos, o município tem que ser sede de micro. O Conselho Municipal vai receber um
184 novo computador, para ser instalado na sede do Conselho para ser utilizado pelos conselheiros. Para isso o
185 plenário deve aprovar o recebimento e o Secretário Municipal de Saúde deve assinar o termo de
186 recebimento da doação. O Senhor Elias irá levar os documentos ao Ministério da Saúde e depois uma cópia
187 desta ata será entregue no Ministério. Na oportunidade será feita troca da impressora que está estragada.
188 Convidou os conselheiros para participar no dia 16/06/2010, da entrega do Kit do Canal Saúde. Todos os
189 conselheiros aprovaram o recebimento dos equipamentos. Na ausência do secretário municipal de saúde,
190 Marcelo Gouvêa Teixeira para assinar o documento, amanhã o mesmo será encaminhado ao Ministério da
191 Saúde. O presidente do Conselho Municipal de Saúde Willer Marcos, se comprometeu a instalar os
192 equipamentos na sala do Conselho. O próximo ponto de discussão foi apresentação da Comissão
193 Interinstitucional de Saúde Humana na sua Relação com os Animais, feita pela coordenadora Maria Amélia. O
194 delegado da Polícia Civil Divisão de Meio Ambiente Afrânio Vasconcelos, se apresentou e passou o novo
195 endereço da Delegacia, que fica na Rua Piratininga 105, Carlos Prates. Qualquer denúncia pode ser dirigida
196 a este endereço. A apresentação sobre as cirurgias de castração foi feita pela gerente da Zoonoses, Silvana
197 Tecles Brandão. Depois foram apresentadas os membros presentes da comissão: Ione Torquato, Maria do
198 Carmo Ramos, Silvana Tecles Brandão, Afrânio Vasconcelos, Maria del Mar, Marlene Moreira Silva,
199 Giovana Fraga e Maria Amélia. A conselheira municipal, Giovana Fraga Montovani, falou sobre Marlene
200 Moreira, do Projeto Cãoviver, e pediu uma salva de palmas pelo excelente trabalho realizado por ela. A
201 conselheira municipal, Walderez Alves Moreira perguntou se existe uma meta para a castração e se todos
202 resolverem castrar seus animais, pode chegar uma época em que não teremos mais cachorros. A
203 conselheira Maria Cristina Fiúza disse que sabe da importância da castração, mas não entende por que não
204 pode só esterilizar para que o animal mantenha seus instintos. Paulo Venâncio disse que essa comissão é
205 parte importante do Conselho, com discussões muito importantes, mas acha o programa perverso, pois
206 existem outros meios mais baratos e eficientes. Paulo entende que existe uma questão de saúde pública. A
207 gerente do Centro de Controle de Zoonoses, Maria do Carmo Araújo, agradeceu ao Conselho Municipal a
208 oportunidade de trazer essas informações. O papel dessa apresentação é sensibilizar os conselheiros para
209 que eles sejam parceiros no sentido de divulgar o trabalho feito pela Prefeitura de BH, pois o investimento é
210 muito alto. Disse que Belo Horizonte é uma cidade pioneira nesse investimento de controle de população de
211 animais. O animal abandonado nas ruas sofre maus tratos, além de ser transmissor de doenças e pode

212 ocasionar acidentes em vias públicas. Respondeu que a meta do programa é atingir os proprietários que não
213 têm responsabilidade com seu animal. Maria del Mar, fala que o fundamento que embasou esse trabalho foi
214 o 8º Encontro Técnico da Organização Mundial de Saúde de 1992, que diz “o extermínio é ineficaz e caro e
215 o que se preconiza é a esterilização e a educação ambiental”. Willer chama a conselheira municipal, Cleide
216 Donária de Oliveira para fazer a leitura do parecer 025/10 da Câmara Técnica de Gestão da Força de
217 Trabalho, sobre o Relatório Anual de Gestão. PARECER CTGFT 025/10. “A Câmara Técnica de Gestão da
218 Força de Trabalho, reuniu-se nos dias 14 e 21 de maio de 2010 para analisar o Relatório Anual de Gestão
219 do ano de 2009, da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte. A apresentação e esclarecimentos do
220 documento ficou sob responsabilidade da Senhora Márcia Faria Moraes Silva, representante da Gerência de
221 Planejamento da SMSA. O Conselho Municipal de Saúde vem acompanhando a queda de alguns
222 indicadores importantes no ano de 2008 e 2009, tais como: cobertura vacinal, número de consultas de
223 Ginecologia e número de consultas de pediatria. No entanto, ainda vemos com muita preocupação o
224 aumento da incidência de mortes por Leishmaniose, sendo que no ano de 2008 foram vinte óbitos, em 2009
225 trinta óbitos, e que somente nos quatro primeiros meses de 2010 foram dezenove óbitos. Verificamos ainda,
226 que houve aumento nos casos de Dengue e também a elevação do número das internações por Diabetes e
227 doenças das vias aéreas. No que se refere às internações por Acidente Vascular Cerebral (AVC), os
228 números apresentados no RAG 2009, não estão fidedignos, pois a atenção primária não tem conseguido se
229 organizar para prestar o atendimento preventivo, evitando assim que os casos se agravem e os usuários
230 tenham que procurar e ficam retidos nas unidades de pronto atendimento. Após a avaliação, os membros da
231 CTGFT recomendam que o Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte aprove o Relatório
232 Anual de Gestão do ano de 2009 da SMSA, com as seguintes recomendações: que em agosto de 2010 a
233 SMSA/BH apresente um Relatório Parcial das ações realizadas neste ano, a fim de que o CMSBH possa
234 intervir e propor, em tempo hábil, planos emergenciais para os indicadores inadequados; que seja feita a
235 efetivação de profissionais para todas as área de saúde; Que seja feita a efetivação de novos agentes de
236 endemias; que se faça a redução das metas de trabalho diário dos agentes de endemias, para que eles
237 possam realizar um trabalho com ações educativas, afim de que haja uma atuação mais qualitativa em lugar
238 da quantitativa, e que estas atividades sejam realizadas periodicamente durante todo o ano; Que a SMSA
239 apresente um Plano de Emergência para intervir nos indicadores, do ano de 2008 e 2009, que estão ruins,
240 tal como os casos de Leishmaniose que vem aumentando o número de óbitos/ano; Que seja realizada a
241 intensificação das ações da Zoonoses na captura de cães em situação de rua, com a realização de exame
242 para detecção de Zoonoses, chipagem para os cães sadios e encaminhando-os aos abrigos regulares, para
243 serem adotados, fazendo cumprir a Portaria SMSA/SUS-BH, 020/2008 de 20 de outubro de 2008.
244 Recomendamos que se abra uma ação na justiça, para autorizar que a Prefeitura Municipal de Belo
245 Horizonte possa capturar e exterminar os animais infectados e doentes; que sejam feitas as redefinições das
246 áreas de abrangência, com o objetivo de realizar o redirecionamento das equipes de programa de saúde da
247 família, cuja finalidade é melhorar a atuação dos profissionais na promoção da saúde e na prevenção de
248 doenças”. Belo Horizonte, 21 de maio de 2010. CLEIDE DONÁRIA DE OLIVEIRA - Coordenadora da
249 Câmara Técnica Gestão da Força de Trabalho. Willer explica que já existe uma portaria, de 2008, sobre o
250 extermínio de cães doentes. Cristina Fiúza falou que os relatórios produzidos pela Secretaria de saúde são
251 primorosos, mas quando chega na assistência básica essa qualidade não existe, pede que no relatório de
252 agosto conste os parâmetros do Ministério da Saúde. Maria Amélia reitera a fala de Willer Marcos, sobre a
253 portaria e fala que isso já ocorre. Paulo Venâncio propôs que, ao invés de retirar o item do parecer, que se



254 acrescente o número da portaria. A Secretaria Municipal irá cumprir a data de entrega do plano emergencial,
255 constando que o não cumprimento dos prazos pela Secretaria irá gerar uma notificação no Ministério
256 Público. Cleide fala que a gerente do planejamento, Márcia Faria, disse que por causa de uma lei de
257 proteção dos animais, mesmo que o animal tenha laudo positivo, não se consegue tirá-lo de dentro da casa
258 do dono. Willer explica que como acordado na reunião do dia 20/05/2010, na reunião de hoje faríamos
259 apenas a leitura do parecer da CTFGT. Em regime de votação, por unanimidade, foi aprovado o Relatório
260 Anual de Gestão. Estiveram presentes: Adilson de Campos Braga, Angela Eulalia dos Santos, Antônio
261 Carlos dos Santos, Cleide Donária de Oliveira, Cristiano Gonzaga da Mata Machado, Edson Félix da Silva,
262 Gutemberg dos Santos Teixeira, Heliana Conceição de Moura, Heloysa Lino Vaz Despinoy, Humberto
263 Castro Sampaio, José Brandão Maia, José Coelho dos Santos, Kátia Valéria dos Santos Silva, Marcos José
264 Mendes Carvalho, Maria Cândida de Lélis Moreira, Márcia Faria Morães Silva, Paulo César Machado
265 Pereira, Paulo Roberto Venâncio de Carvalho, Romeu Pires de Araújo, Walderez Alves Moreira, Willer
266 Marcos Ferreira, Adi dos Santos, Welson Alexandre Santos, Maria Cristina Fiúza da Rocha, Jorge Ribeiro
267 Nascimento Marques , Rosimeire Rodrigues de Souza, Flavia Neves de Medeiros, Ana Maria de Souza
268 Matos, Valdelice de Moura, Neide Vidal da Costa, Ana Maria Caldeira Oliveira, Maria das Graças Souza
269 Vieira, Giovana Fraga Mantovani. Justificou: Rui Moreira, Roges Carvalho dos Santos, Giani Brighenti Lara,
270 João Batista Cunha, Andréa Hermogénes Martins, Sandra Maria dos Santos, Mônica Martins Guimarães
271 Santos. Nada mais havendo a se tratar a reunião foi encerrada às 19H, da qual foi lavrada a presente ata
272 que, após lida e aprovada, será assinada pelo presidente e pela Secretária Geral do Conselho Municipal de
273 Saúde de Belo Horizonte, 10 de junho de 2010.ASR